

# BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTMV), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BMC DTMV registrou Lucro Líquido de R\$ 164 mil, correspondente a R\$ 88,17 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 3,189 milhões e Ativos Totais de R\$ 3,514 milhões.

São Paulo, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
	2010	2009	2010	2009	
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b> .....	2.784	570			195
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	459	441			195
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	2.165	-			1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	2.165	-			86
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					108
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a).....	99	90			130
Vinculados à Prestação de Garantias.....	99	90			130
OUTROS CRÉDITOS.....	61	39			130
Rendas a Receber.....	18	-			3.189
Diversos (Nota 7).....	43	39			3.026
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	323	2.279			1.860
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	-	1.973			1.329
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	-	1.973			
OUTROS CRÉDITOS.....	323	306			
Diversos (Nota 7).....	323	306			
<b>PERMANENTE</b> .....	407	407			
INVESTIMENTOS.....	407	407			
Outros Investimentos (Nota 8).....	407	407			
<b>TOTAL</b> .....	3.514	3.256			3.514
					3.256

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	2º Semestre		Exercícios findos em		Eventos	Reservas de Lucros			Lucros/ (Prejuízos)	Totais
	2010	2010	31 de dezembro	2009		Capital Social	Legal	Estatutárias		
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	113	201	201	227	<b>Saldos em 30.6.2010</b> .....	1.860	87	1.258	-	3.205
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c).....	113	201	201	227	Prejuízo.....	-	-	-	(16)	(16)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	113	201	227	227	Transferência para Reservas.....	-	(1)	(15)	16	-
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	(115)	(8)	(599)	(300)	<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	1.860	86	1.243	-	3.189
Outras Despesas Administrativas (Nota 12).....	(60)	(151)	(300)	(111)	<b>Saldos em 31.12.2008</b> .....	1.860	78	1.303	-	3.241
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(36)	(43)	(111)	11	Prejuízo.....	-	-	-	(215)	(215)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14).....	57	268	11	(299)	Transferência para Reservas.....	-	-	(215)	215	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(76)	(82)	(372)	(372)	<b>Saldos em 31.12.2009</b> .....	1.860	78	1.088	-	3.026
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	(2)	193	(372)	(372)	Lucro Líquido.....	-	-	-	164	164
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	(2)	193	(372)	(372)	Destinações - Reservas.....	-	8	155	(163)	-
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> (Notas 16a e b).....	(14)	(29)	157	157	- Dividendos Propostos....	-	-	-	(1)	(1)
<b>LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)</b> .....	(16)	164	(215)	(215)	<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	1.860	86	1.243	-	3.189
Número de cotas (Nota 11a).....	1.860.000	1.860.000	1.860.000	1.860.000						
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil cotas em R\$.....	(8,60)	88,17	(115,59)	(115,59)						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
	2º Semestre		Exercícios findos em		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	2010	31 de dezembro	2009		2010	%	2010	%		
<b>Fluxo de caixa das Atividades Operacionais:</b>					<b>1 - RECEITAS</b> .....	94	276,5	387	164,0	(61)	(16,9)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(2)	193	(372)	(372)	1.1) Intermediação Financeira.....	113	332,4	201	85,2	227	62,9
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos.....	10	20	17	17	1.2) Outras.....	(19)	(55,9)	186	78,8	(288)	(79,8)
Provisões Fiscais.....	10	20	17	17	<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS</b> .....	(60)	(176,5)	(151)	(64,0)	(300)	(83,1)
<b>Lucro/(Prejuízo) Ajustado</b> .....	8	213	(355)	(355)	Publicações.....	(53)	(155,9)	(119)	(50,4)	(228)	(63,2)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(107)	(192)	796	796	Serviços Técnicos Especializados.....	-	-	(15)	(6,4)	(51)	(14,1)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(5)	(9)	(90)	(90)	Outras.....	(7)	(20,6)	(17)	(7,2)	(21)	(5,8)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(11)	(225)	(7)	(7)	<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b> .....	34	100,0	236	100,0	(361)	(100,0)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	66	51	100	100	<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b> .....	34	100,0	236	100,0	(361)	(100,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(5)	(6)	(31)	(31)	<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	34	100,0	236	100,0	(361)	(100,0)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais</b> .....	(54)	(168)	413	413	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	50	147,1	72	30,5	(146)	(40,4)
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:</b>					Federal.....	50	147,1	72	30,5	31	8,6
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	-	186	-	-	(-) Utilização de Créditos Tributários.....	-	-	-	-	(177)	(49,0)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos</b> .....	-	186	-	-	<b>5.2) Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	(16)	(47,1)	164	69,5	(215)	(59,6)
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	(54)	18	413	413	Dividendos.....	-	-	1	0,4	-	-
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(54)	18	413	413	Prejuízos/Lucros Retidos.....	(16)	(47,1)	163	69,1	(215)	(59,6)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTMV) é uma instituição financeira que tem por objetivo praticar operações e atividades pertinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

### 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

Continua...

...Continuação

# BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

Então, Blumstein & Partners é a melhor opção para a sua empresa. É a melhor opção para a sua empresa. É a melhor opção para a sua empresa.

ISO 9001

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

### f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

### h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas (Nota 9a);
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 9b e c); e
- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 9b).

### j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades de R\$ 459 mil (2009 - R\$ 441 mil), e não possuía outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

### 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 2.165 mil (2009 - R\$ 1.973 mil), realizado com o Banco Bradesco S.A. e com vencimento em julho de 2011. As receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez, classificadas na demonstração de resultado, como resultado de operações com títulos e valores mobiliários foram de R\$ 192 mil (2009 - R\$ 222 mil) (Nota 6c).

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:						
Letras financeiras do tesouro	99	99	99	-	90	-
Total em 2010	99	99	99	-	90	-
Total em 2009	90	90	90	-	90	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) A BMC DTMV não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

#### c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	192	222
Títulos de renda fixa.....	9	5
Total.....	201	227

### 7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Créditos tributários (Nota 16c e d).....	254	253
Devedores por depósitos em garantia - fiscais.....	54	51
Opções por incentivos fiscais.....	37	37
Imposto de renda a compensar.....	15	4
Devedores diversos.....	6	-
Total.....	366	345

### 8) INVESTIMENTOS

O investimento de R\$ 407 mil refere-se a ações da CETIP S.A. (2009 - R\$ 407 mil).

### 9) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

#### II - Movimentação das Provisões Constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Fiscais e Previdenciárias	
No início do período.....	101	
Atualização monetária.....	7	
Constituições.....	13	
No final do exercício de 2010 (Nota 10a).....	121	

#### c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

### 10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para riscos fiscais (Nota 9b).....	121	101
Provisão para impostos diferidos (Nota 16c).....	9	8
Impostos e contribuições a recolher.....	86	-
Total.....	216	109

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para pagamentos a efetuar.....	108	120
Total.....	108	120

### 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 1.860 mil (2009 - R\$ 1.860 mil) está representado por 1.860.000 cotas, subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

#### b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reservas de Lucros.....	1.329	1.166
- Reserva Legal (1).....	86	78
- Reserva Estatutária (2).....	1.243	1.088

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

#### c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 1 mil, correspondendo a R\$ 0,54 por lote de mil cotas. No exercício de 2009 não foram provisionados ou destinados dividendos aos cotistas.

### 12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Propaganda e publicidade.....	119	228
Serviços técnicos especializados.....	15	51
Outras.....	17	21
Total.....	151	300

### 13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Contribuição ao COFINS.....	14	9
Contribuição ao PIS.....	29	2
Total.....	43	11

### 14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Dividendos e JCP recebidos.....	227	-
Atualização de depósitos em garantia.....	3	3
Atualização de provisão para riscos fiscais.....	(7)	(6)
Serviços de terceiros.....	(6)	-
Processos administrativos - CVM.....	-	(288)
Reversão de provisão administrativa.....	-	8
Outras.....	(31)	(5)
Total.....	186	(288)

### 15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) As transações com controlador e coligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010	2009	2010	2009
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. ....	459	441	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez:				
Banco Bradesco S.A. ....	2.165	1.973	192	222
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. ....	(1)	(1)	-	-

Continua...

# BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S. A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

## 16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	193	309	272
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(77)	149	149
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	57	(1)	(1)
Outros valores	(9)	9	9
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(29)</b>	<b>157</b>	<b>157</b>

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
<b>Impostos correntes</b>			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(30)	(1)	(1)
<b>Impostos diferidos</b>			
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	3	48	48
Constituição/(realização) no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa	(2)	110	110
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>1</b>	<b>158</b>	<b>158</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(29)</b>	<b>157</b>	<b>157</b>

Aos Administradores

## BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles

### c) Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2009	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31.12.2010
Provisão para contingências fiscais	28	5	-	33
Outros	58	49	(51)	56
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>86</b>	<b>54</b>	<b>(51)</b>	<b>89</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	167	-	(2)	165
<b>Total dos créditos tributários (Nota 7)</b>	<b>253</b>	<b>54</b>	<b>(53)</b>	<b>254</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10a)	8	1	-	9
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>245</b>	<b>53</b>	<b>(53)</b>	<b>245</b>

### d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2011	13	8	1	1	23
2012	15	9	52	31	107
2013	19	12	50	30	111
2014	8	5	-	-	13
<b>Total (Nota 7)</b>	<b>55</b>	<b>34</b>	<b>103</b>	<b>62</b>	<b>254</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 235 mil (2009 - R\$ 234 mil), sendo R\$ 84 mil (2009 - R\$ 79 mil) de diferenças temporárias e R\$ 151 mil (2009 - R\$ 155 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

## 17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

## A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinão

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Lúis Carlos Matias Ramos Contador CRC 1SP171564/O-1

## BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.

Cia. Aberta - CNPJ/MF nº 62.136.254/0001-99 - NIRE 35300011015  
Ata da Reunião do Conselho de Administração em 31.01.2011

**Data e Horário:** 31.01.2011, às 10:30hs. **Local:** Na sede do Banco Cruzeiro do Sul S.A. ("Cia."), em SP/SP na R. Funchal, 418, 7º, 8º e 9º ands., V.I. Olimpia. **Convocação e Presença:** Convocados regularmente todos os membros do Conselho de Administração, acham-se presentes a maioria dos seus membros: Luis Felipe Indio da Costa, Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa, Fabio Rocha do Amaral e Charles Alexander Forbes. **Mesa:** Presidente: Luis Felipe Indio da Costa, Presidente do Conselho de Administração. Secretário: Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar nos termos da alínea "b" do art. 17 do estatuto social, acerca da designação de Diretores responsáveis por determinadas áreas de atuação da Cia. **Deliberações:** Reuniram-se, os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Sr. Luis Felipe Indio da Costa, Presidente do Conselho de Administração, que indicou o Sr. Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa para secretar a reunião. Aberto os trabalhos, após a análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade dos presentes: 1. A designação de Diretores responsáveis por determinadas áreas de atuação da Cia., na forma determinada pelo Banco Central do Brasil, tendo assim decidido: (i) pela área de Carteira de Investimentos, nos termos da Resolução CMN nº 2.212/95: Diretor responsável Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa; (ii) pela área de Risco de Liquidez, nos termos da Resolução CMN nº 2.804/00: Diretor responsável Renato Alves Rabello; (iii) pela área de Contas depósito para Investimentos, nos termos da Circular BACEN nº 3.348/07, revogada pela Circular BACEN nº 3.494/10: Diretor responsável Roberto Vieira da Silva e Oliveira Costa; (iv) pela área de Gerenciamento de risco de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.721/09: Diretor responsável Maria Luisa Garcia de Mendonça; (v) pela área de Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e Ocultação de Bens (PCLD) nos termos da Lei nº 9.613/98 e Circular nº 3.461/09: Diretor responsável Maria Luisa Garcia de Mendonça. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas:** Luis Felipe Indio da Costa - Presidente; Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa - Secretário; Membros do Conselho de Administração: Luis Felipe Indio da Costa, Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa, Fabio Rocha do Amaral e Charles Alexander Forbes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada no livro de atas de RCA, SP, 31.01.2011. Luis Felipe Indio da Costa - Presidente. JUCESP 75.910/11-1 em 24.02.11. Kátia Regina Bueno de Godoy - Sec. Geral.

Bela por Natureza Ind. e Com. de Prod. Quím. Cosm., Hig. e Perf. Ltda torna público que requereu na CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e a Licença de Instalação para Indústria de Cosméticos à Rua Coimbra, 391, Parque Sete de Setembro, Diadema-SP - CEP 09919-120.

Imprensa Oficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo

CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

IMPRESSÃO OFICIAL DO ESTADO SP  
C=BR, O=C=CP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO)  
O=U=ID-772841, CN=IMPRESSÃO OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal  
A IMPRESSÃO OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal  
www.imprensaoficial.com.br

## = CNEC Worleyparsons Engenharia S.A. =

CNPJ nº 11.050.205/0001-06 - NIRE 35.300.369.661  
Ata de Reunião do Conselho de Administração  
Realizada em 03 de Janeiro de 2011

1. **Data, Hora e Local:** 03 de janeiro de 2011, às 14:00 horas, na sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Bloco A, 1º ao 4º andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-170. 2. **Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, dispensada, portanto, a convocação prévia, nos termos do artigo 10, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: José Ayres de Campos. Secretário: Rafael Urbano Gimenes. 4. **Ordem do Dia:** (i) deliberação a respeito da abertura de 1 (uma) nova filial da Companhia; e (ii) ratificação e consolidação das filiais da Companhia. 5. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, nos termos do artigo 3º do estatuto social da Companhia: 5.1 decidem abrir 1 (uma) nova filial da Companhia localizada na Rua Presidente Vargas, nº 571, Centro, CEP 14850-000, na Cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo. 5.2 ratificam que a Companhia tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Bloco A, 1º ao 4º andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-170, e que possui as seguintes filiais: 1. Rua Sete de Setembro, nº 111, sala 801, CEP 20050-006, Cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro; 2. Rodovia BR-010, nº 599, Centro, CEP 65903-140, Cidade de Estreito, Estado do Maranhão; 3. Av. Rajá Gabaglia, nº 1.781, 14º/15º andares, Bairro Cq. Santa Maria, CEP 30380-457, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; 4. Av. Julio A. Roca, nº 620, 7º Piso, C1067ABO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina; 5. Rua do Mogno, nº 81, sala 104, Centro, CEP 68837-000, Cidade do Canadós, Carajás, Estado do Pará; 6. Avenida das Nações Unidas, nº 124, sala 21, Vila Nova, CEP 11520-140, na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo; e 7. Rua Presidente Vargas, nº 571, Centro, CEP 14850-000, na Cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 03 de janeiro de 2011. **Presidente:** José Ayres de Campos. **Secretário:** Rafael Urbano Gimenes. **Conselheiros presentes:** José Ayres de Campos, Simon Anthony Carter (p.p. Rafael Urbano Gimenes) e Robert James Edwardes (p.p. Rafael Urbano Gimenes). Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **José Ayres de Campos - Presidente; Rafael Urbano Gimenes - Secretário; JUCESP 35.352/11-5, em 27/01/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.**

SINAL CABOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME. Torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 32005537 com val. até 10.08.2014 para Fabricação de Fios. Telefôno sito à Rua Mário de Andrade nº 54 - Jd. Nossos Recanto - Osasco - SP.

## = CFL PARTICIPAÇÕES S.A. =

CNPJ/MF nº 60.078.045/0001-00 - NIRE 35-3.0035483-4  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária  
realizada em 17 de fevereiro de 2011.

**Local e hora:** na sede de CFL Participações S.A. ("Companhia"), à Rua Henrique Schaumann nº 270/278, Sobre-loja, Sala CFL, CEP 05413-010, São Paulo, Estado de São Paulo, às 10h (dez horas). **Quorum:** acionistas presentes representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sra. Clarice Steinbruch, Presidente. Sr. Fábio Steinbruch, Secretário. **Convocação:** independente de aviso, conforme permissivo constante do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das S.A."). **Deliberação:** por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto dos presentes, foram adotadas as seguintes resoluções: 1. **Autorizar**, nos termos do art. 15º, (x), dos Estatutos Sociais, a Companhia a firmar Cédula de Crédito Bancário com Banco do Brasil S.A. ("BB"), no valor de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), com vencimento para 17/02/2012, e taxa de 109,5% (cento e nove inteiros e cinco décimos) pontos percentuais da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), destinados, exclusivamente, para garantir a provisão de fundos em conta corrente de depósitos junto ao BB. 2. **Autorizar** a diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das deliberações anteriores. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, sendo ela cópia fiel daquela lançada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, que, tendo sido lida e achada conforme, foi por todos assinada: Sr. Clarice Steinbruch, Presidente. Sr. Fábio Steinbruch, Secretário. **Acionistas:** Espólio de Eliezer Steinbruch (representado por sua inventariante Sra. Clarice Steinbruch), Clarice Steinbruch, Fábio Steinbruch e Léo Steinbruch. São Paulo, 17 de fevereiro de 2011. **Clarice Steinbruch** - Presidente. **JUCESP nº 75.784/11-7, em 23/02/2011. (a) Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.**

## VICK LANCHES LTDA.

CNPJ/MF nº 57.248.916/0001-82 - NIRE nº 35.207.381.380  
EDITAL DE 2ª CONVOCACAO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS.

Ficam os srs. sócios da empresa, Vick Lanches Ltda, convocados para reunir-se na Av. Jabaquara, 2.592, bairro Mirandópolis, município de São Paulo/SP, no dia 10/03/2011, às 12:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. Alteração do Contrato Social, objetivando sua adequação para inclusão de cláusula no sentido de possibilidade de exclusão de sócio e de realização de reunião de sócios fora da sede social. São Paulo, 01/03/2011 - **Aparecido da Silva** - Sócio Administrador. **(01, 02 e 03)**

# BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 04.163.016/0001-76  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BMC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 164 mil, correspondente a R\$ 88,17 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 3,189 milhões e Ativos Totais de R\$ 3,514 milhões.

São Paulo, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
	2010	2009		2010	2009
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>2.784</b>	<b>570</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>195</b>	<b>121</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	<b>459</b>	<b>441</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES .....	<b>195</b>	<b>121</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5) .....	<b>2.165</b>	-	Sociais e Estatutárias (Nota 11c) .....	1	1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros .....	2.165	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a) .....	86	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a) .....	<b>99</b>	<b>90</b>	Diversas (Nota 10b) .....	108	120
Vinculados à Prestação de Garantias.....	99	90	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>130</b>	<b>109</b>
OUTROS CRÉDITOS .....	<b>61</b>	<b>39</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES .....	<b>130</b>	<b>109</b>
Rendas a Receber .....	18	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a) .....	130	109
Diversos (Nota 7) .....	43	39	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>3.189</b>	<b>3.026</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>323</b>	<b>2.279</b>	Capital:		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5) .....	-	<b>1.973</b>	- De Domiciliados no País (Nota 11a).....	1.860	1.860
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros .....	-	1.973	Reservas de Lucros (Nota 11b).....	1.329	1.166
OUTROS CRÉDITOS .....	<b>323</b>	<b>306</b>			
Diversos (Nota 7) .....	323	306			
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>407</b>	<b>407</b>			
INVESTIMENTOS .....	<b>407</b>	<b>407</b>			
Outros Investimentos (Nota 8) .....	407	407			
<b>TOTAL</b> .....	<b>3.514</b>	<b>3.256</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>3.514</b>	<b>3.256</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>113</b>	<b>201</b>	<b>227</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c).....	113	201	227
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>113</b>	<b>201</b>	<b>227</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(115)</b>	<b>(8)</b>	<b>(599)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 12).....	(60)	(151)	(300)
Despesas Tributárias (Nota 13) .....	(36)	(43)	(11)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14).....	57	268	11
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(76)	(82)	(299)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>(2)</b>	<b>193</b>	<b>(372)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>(2)</b>	<b>193</b>	<b>(372)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16a e b)</b> .....	<b>(14)</b>	<b>(29)</b>	<b>157</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)</b> .....	<b>(16)</b>	<b>164</b>	<b>(215)</b>
Número de cotas (Nota 11a) .....	1.860.000	1.860.000	1.860.000
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil cotas em R\$ .....	(8,60)	88,17	(115,59)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009
<b>Fluxo de caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>(2)</b>	<b>193</b>	<b>(372)</b>
<b>Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) antes dos Impostos</b> .....	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>17</b>
Provisões Fiscais .....	10	20	17
<b>Lucro/(Prejuízo) Ajustado</b> .....	<b>8</b>	<b>213</b>	<b>(355)</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....	(107)	(192)	796
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos .....	(5)	(9)	(90)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos .....	(11)	(225)	(7)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações .....	66	51	100
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos .....	(5)	(6)	(31)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(54)</b>	<b>(168)</b>	<b>413</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	-	186	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos</b> .....	<b>-</b>	<b>186</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(54)</b>	<b>18</b>	<b>413</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>513</b>	<b>441</b>	<b>28</b>
Inicio do Período .....	459	459	441
Fim do Período .....	459	459	441
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	<b>(54)</b>	<b>18</b>	<b>413</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias			
<b>Saldos em 30.6.2010</b> .....	<b>1.860</b>	<b>87</b>	<b>1.258</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.205</b>
Prejuízo .....	-	-	-	(16)	(16)	(16)
Transferência para Reservas.....	-	(1)	(15)	16	-	-
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>1.860</b>	<b>86</b>	<b>1.243</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.189</b>
<b>Saldos em 31.12.2008</b> .....	<b>1.860</b>	<b>78</b>	<b>1.303</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.241</b>
Prejuízo .....	-	-	-	(215)	(215)	(215)
Transferência para Reservas.....	-	-	(215)	215	-	-
<b>Saldos em 31.12.2009</b> .....	<b>1.860</b>	<b>78</b>	<b>1.088</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.026</b>
Lucro Líquido .....	-	-	-	164	164	164
Destinações: - Reservas .....	-	8	155	(163)	-	-
- Dividendos Propostos .....	-	-	-	(1)	(1)	(1)
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>1.860</b>	<b>86</b>	<b>1.243</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.189</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2010	%	2009	%
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>94</b>	<b>276,5</b>	<b>387</b>	<b>164,0</b>	<b>(61)</b>	<b>(16,9)</b>
<b>1.1) Intermediação Financeira</b> .....	<b>113</b>	<b>332,4</b>	<b>201</b>	<b>85,2</b>	<b>227</b>	<b>62,9</b>
<b>1.2) Outras</b> .....	<b>(19)</b>	<b>(55,9)</b>	<b>186</b>	<b>78,8</b>	<b>(288)</b>	<b>(79,8)</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(60)</b>	<b>(176,5)</b>	<b>(151)</b>	<b>(64,0)</b>	<b>(300)</b>	<b>(83,1)</b>
Publicações .....	(53)	(155,9)	(119)	(50,4)	(228)	(63,2)
Serviços Técnicos Especializados .....	-	-	(15)	(6,4)	(51)	(14,1)
Outras .....	(7)	(20,6)	(17)	(7,2)	(21)	(5,8)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b> .....	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>236</b>	<b>100,0</b>	<b>(361)</b>	<b>(100,0)</b>
<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b> .....	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>236</b>	<b>100,0</b>	<b>(361)</b>	<b>(100,0)</b>
<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>236</b>	<b>100,0</b>	<b>(361)</b>	<b>(100,0)</b>
<b>5.1) Impostos, Taxas e Contribuições</b> .....	<b>50</b>	<b>147,1</b>	<b>72</b>	<b>30,5</b>	<b>(146)</b>	<b>(40,4)</b>
Federal .....	50	147,1	72	30,5	31	8,6
(-) Utilização de Créditos Tributários.....	-	-	-	-	(177)	(49,0)
<b>5.2) Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	<b>(16)</b>	<b>(47,1)</b>	<b>164</b>	<b>69,5</b>	<b>(215)</b>	<b>(59,6)</b>
Dividendos .....	-	-	1	0,4	-	-
Prejuízos/Lucros Retidos .....	(16)	(47,1)	163	69,1	(215)	(59,6)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BMC Asset Management – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM) é uma instituição financeira que tem por objetivo praticar operações e atividades pertinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

### 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

#### g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

#### h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

#### i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas (Nota 9a);

- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 9b e c); e

- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 9b).

#### j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

#### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades de R\$ 459 mil (2009 – R\$ 441 mil), e não possuía outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

### 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 2.165 mil (2009 – R\$ 1.973 mil), realizado com o Banco Bradesco S.A. e com vencimento em julho de 2011. As receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez, classificadas na demonstração de resultado, como resultado de operações com títulos e valores mobiliários foram de R\$ 192 mil (2009 – R\$ 222 mil) (Nota 6c).

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2010		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
<b>Títulos para negociação:</b>						
Letras financeiras do tesouro.....	99	99	99	-	90	-
<b>Total em 2010</b> .....	<b>99</b>	<b>99</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total em 2009</b> .....	<b>90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90</b>	<b>-</b>

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores,

# BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**c) Dividendos**  
Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 1 mil, correspondendo a R\$ 0,54 por lote de mil cotas. No exercício de 2009 não foram provisionados ou destinados dividendos aos cotistas.

### 12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Propaganda e publicidade	119	228
Serviços técnicos especializados	15	51
Outras	17	21
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>300</b>

### 13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Contribuição ao COFINS	14	9
Contribuição ao PIS	29	2
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>11</b>

### 14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Dividendos e JCP recebidos	227	-
Atualização de depósitos em garantia	3	3
Atualização de provisão para riscos fiscais	(7)	(6)
Serviços de terceiros	(6)	-
Processos administrativos - CVM	-	(288)
Reversão de provisão administrativa	-	8
Outras	(31)	(5)
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>(288)</b>

### 15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador e coligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010 Ativos (passivos)	2009 Ativos (passivos)	2010 Receitas (despesas)	2009 Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades:</b>				
Banco Bradesco S.A.	459	441	-	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez:</b>				
Banco Bradesco S.A.	2.165	1.973	192	222
<b>Dividendos:</b>				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(1)	(1)	-	-

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S. A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	193	(372)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(77)	149
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	57	(1)
Outros valores	(9)	9
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(29)</b>	<b>157</b>

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(30)	(1)
<b>Impostos diferidos</b>		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	3	48
Constituição/(realização) no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa	(2)	110
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>1</b>	<b>158</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(29)</b>	<b>157</b>

c) Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2009	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisão para contingências fiscais	28	5	-	33
Outros	58	49	(51)	56
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>86</b>	<b>54</b>	<b>(51)</b>	<b>89</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	167	-	(2)	165
<b>Total dos créditos tributários (Nota 7)</b>	<b>253</b>	<b>54</b>	<b>(53)</b>	<b>254</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10a)	8	1	-	9
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>245</b>	<b>53</b>	<b>(53)</b>	<b>245</b>

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil				Total
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Contribuição Social	Contribuição Social	
Imposto de Renda	13	8	1	1	23
	15	9	52	31	107
	19	12	50	30	111
	8	5	-	-	13
<b>Total (Nota 7)</b>	<b>55</b>	<b>34</b>	<b>103</b>	<b>62</b>	<b>254</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 235 mil (2009 - R\$ 234 mil), sendo R\$ 84 mil (2009 - R\$ 79 mil) de diferenças temporárias e R\$ 151 mil (2009 - R\$ 155 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

### 17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

### A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011



Luis Carlos Matias Ramos  
Contador  
CRC 1SP171564/O-1

Aos Administradores

### BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequação da apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da

política

# Mensaleiro na Justiça, Tiririca na Educação

João Paulo Cunha é eleito para a Comissão de Constituição e Justiça, mesmo sendo réu em processo no STF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara, elegeu ontem o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) para a presidência. Ele recebeu 54 votos a favor e 2 em branco.

João Paulo também é réu no processo em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o esquema de pagamento a parlamentares, conhecido como mensalão.

Após a sua escolha, João Paulo disse que o processo do mensalão o atormenta. "Eu não poderia deixar de mencionar que respondo a um processo no STF. Esse processo, que me atormenta muito, mudou a minha vida, mas eu tenho muita fé e convicção no Direito e na

Justiça que em breve resolveremos por completo. Minha vida é absolutamente limpa."

**Tiririca** - O deputado Francisco Everardo Oliveira Silva (PR-SP), o Tiririca, assumiu ontem a sua função de titular da Comissão de Educação e Cultura da Câmara afirmando que tem muito com o que ajudar. "Sou um cara que tem uma vivência muito grande. Exerci como palhaço de circo, sustentei seis filhos e estou aí até hoje. Então, eu tenho muita história, muita coisa para ajudar."

Sem fornecer detalhes, Tiririca afirmou que está trabalhando em seu primeiro projeto e que ele é voltado para o circo e os artistas populares.

Durante a reunião, vários deputados defenderam Tiririca.

ca. De rosto fechado, o deputado afirmou que "deu para entender legal". E acrescentou:

"Vocês confundem o palhaço no trabalho lá com aqui. Aqui é outra coisa, não pode brincar porque tem o negócio do decoro."

**Romário** - O deputado Romário de Souza Faria (PSB-RJ)

Alilton de Freitas/AOG



**A BRIGA ENTRE PT E PMDB** impede que seja escolhido quem vai presidir a Comissão de Educação, integrada por Tiririca (foto). O problema é que os dois partidos querem ter destaque na discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), que fixa as políticas para o setor até 2020. O acordo inicial previa a criação de uma comissão especial. No PT, porém, há descontentamento com a proposta. Indicada pelo partido para presidir a comissão, a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) já avisou que não aceita ficar fora desta discussão. Diante da incerteza, o PMDB conseguiu impedir ontem a eleição de Fátima para a presidência.

Dida Sampaio/AE



Romário assume comissão de Turismo: 'Fico muito alegre'.

# Padre para Família e ruralista para Meio Ambiente

Eleito por unanimidade ontem para presidir a Comissão de Segurança Social e Família da Câmara, o deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) disse que o colegiado não pode deixar de analisar temas polêmicos como o aborto e a união civil de homossexuais. "Precisamos discutir a organização da família dentro de uma perspectiva moderna, de mudança." O primeiro vice-presidente eleito foi o Padre João (PT-MG).

**Ruralista** - Na Comissão de Meio Ambiente, os deputados elegeram Giovanni Cherini (PDT-RS) como novo presidente. O parlamentar faz parte da bancada ruralista e diz que quer acabar com a "disputa entre os que produzem e os que preservam."

**Reforma tributária** - Ao ser eleito como presidente da Comissão de Finanças e Tributação, o deputado Cláudio Puty (PT-PA) afirmou que os projetos de reforma tributária a serem remetidos pelo governo deverão ser o foco dos debates na comissão.

**Mídia** - Um grupo de deputados, alegando necessidade de discutir e aperfeiçoar a atual legislação no campo da comunicação, planeja criar a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular. A frente será suprapartidária.

**Revista íntima** - Os deputados aprovaram ontem os projetos que permite aos avós visitar os netos de pais separados e o que proíbe revista íntima feminina em empresas e órgãos públicos. (Agências)



João Paulo é abraçado por Elcione Barbalho (PMDB-PA): 'Vida limpa'.